

190  
2

Habeas Corpus nº: 0003574-95.2014.8.17.0000 (0332446-9)  
Comarca Origem: 1ª Vara Criminal – Cabo de Sto. Agostinho  
Impetrante: Bela. Maria Vitória Sabino Rodrigues Fidelis  
Paciente: Anderson Luiz Costa  
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros  
Procuradora de Justiça: Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

**EMENTA:** PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. ART. 33 DA LEI 11.343/06. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. FEITO COMPLEXO. PLURALIDADE DE RÉUS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. TRÂMITE REGULAR. APLICAÇÃO DA SÚMULA 84, DO TJPE. AUDIÊNCIA COM DATA MARCADA. ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA PARA A PRISÃO PREVENTIVA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. DECISÃO FUNDAMENTADA EM ELEMENTOS CONCRETOS. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PACIENTE QUE RESPONDE OUTRA AÇÃO PENAL PELA SUPOSTA PRÁTICA DE FURTO. 1. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 89 DO TJPE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 86 DO TJPE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. A instrução transcorre, na medida do possível, de forma regular, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.
2. O excesso de prazo no encerramento da instrução criminal só constitui constrangimento ilegal quando injustificado, não assim se a demora resulta das peculiaridades do feito. Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, do TJPE.
3. No caso sob exame, trata-se de crime grave, em que são investigados dois réus, o que, de fato, torna o feito mais complexo, diante da necessidade de realização de várias diligências para a sua instrução.
4. Para fins de prisão provisória, a exigência é que haja indícios suficientes de autoria, e não prova cabal da mesma, servindo esta última para embasar uma eventual condenação. No caso dos autos a prova da materialidade e indícios suficientes de autoria recaindo sobre a pessoa do paciente, entendo que agiu corretamente o juízo de 1º grau ao manter a prisão do paciente, já que os fatos a ele atribuídos e as circunstâncias do crime põem em risco a ordem pública e causam danos irreparáveis à paz social, porquanto em poder do ora paciente foi apreendida uma quantidade razoável de drogas, dinheiro em espécie, bem ainda a forma como a substância entorpecente estaria acondicionada.
5. Inexiste constrangimento ilegal se o decreto de prisão preventiva encontra-se suficientemente fundamentado, sobretudo na necessidade de garantir a ordem pública, em razão da periculosidade concreta do paciente, indivíduo que responde a outro processo criminal.
6. Condições pessoais favoráveis, como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não são garantidoras do eventual direito a responder ao processo em liberdade, já que estão presentes, in casu, outras circunstâncias autorizadoras da cautela. Aplicação da Súmula 86, do TJPE.
7. **Ordem denegada. Decisão por unanimidade de votos.**

My

191

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Habeas Corpus* nº 0331137-1, em que figuram, como impetrante, o Bel. Ricardo Toscano Dias Pereira e, como paciente, **Diogo Liberato Costa**, acordam os Desembargadores componentes da 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar** a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, ~~28~~ de Maio de 2014.

  
**Des. Mauro Alencar de Barros**  
Relator

---

**Habeas Corpus nº:** 0003574-95.2014.8.17.0000 (0332446-9)  
**Comarca Origem:** 1ª Vara Criminal – Cabo de Sto. Agostinho  
**Impetrante:** Bela. Maria Vitória Sabino Rodrigues Fidelis  
**Paciente:** **Anderson Luiz Costa**  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

---

**RELATÓRIO**

---

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, impetrado pela advogada Maria Vitória Sabino Rodrigues Fidelis, em favor de **Anderson Luiz Costa**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo da 1ª Vara Criminal de Cabo de Santo Agostinho-PE (proc. nº. 0008599-80.2013.8.17.0370).

Aduz a impetrante que o paciente foi preso em flagrante, no dia 14/11/2013, pela suposta prática dos delitos de **tráfico e associação para o tráfico de drogas**. Posteriormente, o flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Sustenta, em resumo, que há **excesso de prazo no encerramento da instrução**; que **não há justa causa para a medida preventiva**; que **não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP**; e que **as condições pessoais do acusado são favoráveis**.

Registra que apenas o outro acusado no feito de origem (Sr. Vandenilson José Arruda) responde por outros crimes.

Por derradeiro, a fim de que seja sanada a ilegalidade apontada, requer o deferimento da liminar, concedendo-se ao paciente a restituição da liberdade, através da expedição do competente alvará de soltura e, no mérito,

**Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros**

a procedência do presente pedido, confirmando-se a liminar eventualmente concedida.

A inicial, de fls. 02/09, veio acompanhada dos documentos de fls. 10/148.

Pedido liminar indeferido em decisão de fls. 155/155v.

Ofício contendo informações do juízo *a quo* acostado à fl. 161, acompanhado dos documentos de fls. 162/169.

Parecer da Procuradoria de Justiça às fls. 174/175, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, <sup>28</sup> de maio de 2014.



**Des. Mauro Alencar de Barros**

**Relator**

---

**Habeas Corpus nº:** 0003574-95.2014.8.17.0000 (0332446-9)  
**Comarca Origem:** 1ª Vara Criminal – Cabo de Sto. Agostinho  
**Impetrante:** Bela. Maria Vitória Sabino Rodrigues Fidelis  
**Paciente:** Anderson Luiz Costa  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Procuradora de Justiça:** Dra. Norma Mendonça Galvão de Carvalho  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

---

**VOTO**

---

Conforme anunciado no relatório, a impetrante alega, em resumo, que há **excesso de prazo no encerramento da instrução**; que **não há justa causa para a medida preventiva**; que **não estão presentes os requisitos do art. 312 do CPP**; e que **as condições pessoais do acusado são favoráveis**.

Examinando detidamente os presentes autos, tenho que a ordem deve ser **denegada**, pelos motivos que declino:

De acordo com as informações prestadas pela autoridade impetrada (fl. 161), o paciente foi autuado em flagrante delito na posse de 04 (quatro) invólucros de papel alumínio, perfazendo o total de 4,851 (quatro gramas, oitocentos e cinquenta e um miligramas), da substância popularmente conhecida por "Maconha" e 21 (vinte e um) invólucros de plásticos, acondicionando substância popularmente conhecida por "Crack", com massa total de 1,113g (um grama, cento e treze miligramas), atestados pelo laudo pericial, em clara atividade de traficância.

Destaca que, ao certificar os antecedentes criminais do paciente, verificou-se que **o ora paciente já responde a outra ação penal naquela Comarca, pelo crime de furto**.

No mais, informa que os autos encontram-se com vistas ao Ministério Público para se pronunciar sobre pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa do paciente, e **aguardando a realização da audiência de instrução designada para o dia 05/06/2014.**

Ora, pelo que se visualiza dos autos, **a instrução transcorre**, na medida do possível, **de forma regular**, sem a constatação de qualquer desídia por parte do juízo processante que, até o momento, demonstrou total observância aos preceitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tendo se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário.

Não se pode perder de vista que o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada; e que complexidade do feito, pluralidade de réus e necessidade de expedição de cartas precatórias justificam eventual dilação no andamento, nos limites da razoabilidade.

Há situações nas quais alguns entraves processuais ocorrem e, por respeito à garantia constitucional do contraditório, forçam o magistrado a dilatar o prazo de conclusão na formação da culpa.

Senão vejamos:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. DESCABIMENTO. MODIFICAÇÃO DA ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO STJ, EM CONSONÂNCIA COM ORIENTAÇÃO ADOTADA PELO PRETÓRIO EXCELSO. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. **EXCESSO DE PRAZO. DEMORA JUSTIFICADA. COMPLEXIDADE DO FEITO, PLURALIDADE DE RÉUS E EXPEDIÇÃO DE CARTAS PRECATÓRIAS. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.** GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA E SUFICIENTE. MODUS OPERANDI. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. INVIABILIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. - (...). - **Consoante entendimento pacificado nesta Corte, eventual excesso de prazo não resulta de simples operação aritmética, devendo ser analisado à luz do princípio da razoabilidade, sendo certo que é permitido ao juiz, diante da complexidade do caso, extrapolar os limites estabelecidos em lei para conclusão da instrução criminal. - Complexidade do feito, pluralidade de réus e a expedição de cartas precatórias justificam a dilação do prazo para formação da culpa, nos limites da razoabilidade.** - (...) Habeas corpus não conhecido. (HC 212.472/MT, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD

(DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), QUINTA TURMA, julgado em 26/02/2013, DJe 04/03/2013) (grifos e omissões nossos).

Nesse ponto, cabível a adoção da Súmula 84, desta Egrégia Corte, que assim dispõe:

"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro do parâmetro de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto".

Portanto, no que tange ao alegado excesso de prazo, razão não assiste à impetrante já que, a despeito do decurso do tempo desde a prisão em flagrante delito, a contagem do prazo deve ser feita de maneira global e não isoladamente, como pretendido. Eventual retardo em um ato pode ser compensado em outro.

Nada mais correto, pois uma pequena perda de tempo na realização de um ato procedimental, como, p. exemplo, na remessa do inquérito policial a Juízo ou no oferecimento da denúncia, pode ser recuperada posteriormente, durante a instrução, sem que haja um comprometimento do prazo global estabelecido para a formação da culpa.

Além disso, é importante destacar a complexidade do caso, envolvendo 02 (dois) acusados, e o tipo penal cometido, o que, de per si, acarretam uma demora normal e razoável no andamento do processo.

Ademais, o próprio Superior Tribunal de Justiça, reconhecendo a necessidade de certa flexibilização na condução dos feitos, já se posicionou no sentido de que **somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese.**

Sobre o assunto, destaco trecho do seguinte julgado:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. (...)2. Somente se cogita da existência de constrangimento ilegal por excesso de prazo, quando este for motivado por descaso injustificado do Juízo, o que não se verifica na presente hipótese. 3. (...) Pedido liminar prejudicado. (RHC 37.440/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/08/2013) (grifos e omissões nossos).

Há de ser destacado que o feito aguarda a realização da audiência de instrução designada para o dia 05/06/2014, ocasião em que a custódia poderá ser revista, se for o caso.

**PASSO A APRECIAR A ALEGAÇÃO DE FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE.**

A Lei Antitóxicos, a Lei dos Crimes Hediondos e qualquer outra lei ordinária devem ser interpretadas à luz da Constituição Federal e seus dogmas, dentre os quais o princípio do estado de inocência que, nela insculpido, impede que alguém seja considerado culpado antes de condenação criminal definitiva.

Não ofende esse princípio a prisão processual fundada no instituto da necessidade, isto é, estando presentes os pressupostos autorizadores - insculpidos no art. 312 do CPP - para a custódia cautelar. É que a presença de qualquer desses pressupostos implica em conveniência de interesse público para a manutenção da prisão provisória.

Ora, a custódia provisória nada mais é do que mera medida cautelar, que tem por fim garantir o bom andamento da ação penal, através da qual se demonstrará a culpabilidade ou não do paciente.

De outro lado, embora permitida a concessão da liberdade provisória nos crimes previstos na Lei 11.343/06, agora inclusive por força da declaração de inconstitucionalidade da parte da disposição legal que a vedava, *in casu*, como acertadamente observou a digna autoridade apontada como coatora, esta não é cabível, quando se acharem presentes os requisitos da preventiva.

Destarte, nos termos do art. 312 do CPP, desde que haja provas da existência do crime e indícios suficientes da autoria, a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.



No caso sob exame, a segregação provisória do paciente afigura-se necessária para a garantia da ordem pública. Vejamos.

O crime de tráfico de substância entorpecente imputado ao paciente é doloso e punido com reclusão.

Constata-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante delito pela prática, em tese, dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, da Lei 11.343/06, punidos com pena privativa de liberdade máxima cominada superior a 04 (quatro) anos, o que o torna passível de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos autorizadores, nos termos do art. 313, I, do CPP.

Existe prova concreta da materialidade e indícios substanciais da autoria.

De acordo com a inicial acusatória, no dia 14 de novembro de 2013, por volta das 16h, nas imediações da praça do CAIC, no Cabo de Santo Agostinho, durante uma ronda, policiais militares abordaram o paciente e com ele encontraram guardados, no interior de uma pequena bolsa, 04 (quatro) "big-bigs" de maconha, 21 (vinte e uma) pedras de "Crack", além da quantia de R\$37,00 (trinta e sete reais) em espécie. Naquela ocasião, em companhia do paciente se encontrava o adolescente R.S.F., com quem nada foi encontrado e a quem o paciente quis imputar a propriedade da droga, porém, o adolescente aduziu que apenas foi obrigado, em algumas vezes, a guardar droga no interior de sua mochila escolar.

Consta dos autos que, ao ser indagado sobre o fornecedor da droga, indicou a residência do também denunciado Valdenilson José Arruda, local onde foram encontrados 29 (vinte e nove) papелotes, 06 (seis) "bombas" e 28 (vinte e oito) "big-bigs", todos da erva vulgarmente conhecida como "Maconha".

Assim, em face da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria recaindo sobre a pessoa do acusado, entendo que agiu corretamente o juízo de 1º grau ao manter a prisão do paciente, já que os fatos a ele atribuídos e as circunstâncias do crime põem em risco a ordem pública e causam danos

M

irreparáveis à paz social, porquanto em poder do ora paciente foi apreendida uma quantidade razoável de drogas, dinheiro em espécie, bem ainda a forma como a substância entorpecente estaria acondicionada.

Outrossim, não se pode olvidar a alta ofensividade que o tipo em apreço representa à saúde e à segurança públicas, sendo o delito de tráfico de drogas, como já dito, equiparado a hediondo, e que a concessão da liberdade ao paciente, neste momento, poderá acarretar sérios riscos à sociedade, especialmente, em razão da **grande probabilidade** de ele, em liberdade, continuar contribuindo para a proliferação de drogas e, conseqüentemente, para a disseminação de diversos outros delitos.

Além disso, em consulta realizada no sistema de acompanhamento processual deste Tribunal (*Judwin*), verifica-se que **o ora paciente responde a ação penal nº 0005170-42.2012.8.17.0370, na 1ª Vara Criminal da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, pela suposta prática do crime de furto.**

Portanto, tem-se que a reiteração da prática criminosa e a manifesta possibilidade de perseverança no comportamento sejam motivos suficientes para constituir gravame à ordem pública, justificadores da sua segregação cautelar.

O Superior Tribunal de Justiça também já decidiu, repetidas vezes, nesse sentido. Vejamos:

PROCESSUAL PENAL. QUADRILHA. GRUPO DE EXTERMÍNIO. DISPUTA POR PONTOS DE CAÇA-NÍQUEIS E BANCAS DE APOSTA NO JOGO DO BICHO. 1. PROVAS DE AUTORIA. INEXISTÊNCIA. ANÁLISE APROFUNDADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. QUESTIONAMENTO INVIÁVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. 2. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTO EM ELEMENTOS CONCRETOS. TEMOR E RISCO DE VIDA DE TESTEMUNHAS. PROBABILIDADE CONCRETA DE REITERAÇÃO DELITIVA. MENÇÃO A OUTROS DOCUMENTOS NÃO TRAZIDOS AOS AUTOS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. 3. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. PRESENÇA. IRRELEVÂNCIA. CUSTÓDIA JUSTIFICADA. 4. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. INSTRUÇÃO ENCERRADA. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 52 STJ. COMPLEXIDADE DO PROCESSO. PLURALIDADE DE RÉUS. 5. ORDEM DENEGADA.

1. Inviável o questionamento acerca da existência de provas suficientes contra a paciente, o que demandaria análise do conjunto probatório, inviável em habeas corpus. 2. **Não é ilegal a prisão preventiva que se funda**

**em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente o temor e risco de vida de testemunhas, e a probabilidade concreta de reiteração delitiva**, pela forma como seria estruturada a quadrilha, demonstrando a necessidade da prisão para garantia da ordem pública e da instrução criminal. 3. Condições pessoais favoráveis, por si só, não são suficientes a amparar a revogação da prisão preventiva, quando presentes outras razões a justificar a prisão. (...) 5. Ordem denegada. (HC 67568. Relatora: Maria Thereza de Assis Moura, DJ de 03.12.2007, p. 366). (Grifos nossos)

Cumpre salientar, ainda, que as condições pessoais favoráveis, mesmo quando comprovadas, por si sós, não garantem eventual direito de responder ao processo em liberdade, sobretudo se a prisão se faz necessária, como no presente caso.

Sobre o assunto, observe-se a Súmula 86 deste e. TJPE: "**As condições pessoais favoráveis ao acusado, por si sós, não asseguram o direito à liberdade provisória, se presentes os motivos para a prisão preventiva**".

Ademais, tal como decidiu o juiz de 1º grau, entendo, pelas razões já expostas e com base no art. 282, incisos I e II e §6º, do Código de Processo Penal, que a prisão preventiva mostra-se a única medida cautelar adequada ao caso, ficando impossibilitadas a concessão da liberdade provisória e a aplicação das medidas cautelares previstas no art. 319 do mesmo Diploma Legal.

Ante o exposto, em não havendo coação ilegal a ser reparada pela presente impetração, **o meu voto pela denegação da ordem do presente Habeas Corpus.**

É como voto.

Recife, 28 de maio de 2014.



**Des. Mauro Alencar de Barros**

**Relator**